

PARQUE DA CARIOCA: UMA PERSPECTIVA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NA CIDADE DE GOIÁS (GOIÁS)

PARQUE DA CARIOCA: UNA PERSPECTIVA DEL TURISMO SOSTENIBLE EM LA CIUDAD DE GOIÁS (GOIÁS)

SUZANA MAGALHÃES DE ALMEIDA

Universidade Estadual de Goiás - UEG, Cidade de Goiás / GO
suzymagaa@yahoo.com.br

JANETE REGO SILVA

Universidade Estadual de Goiás - UEG, Cidade de Goiás / GO
janete.silva@ueg.br

Resumo: O artigo visa trazer uma reflexão sobre o uso do Parque da Carioca no município de Goiás para fins turísticos. Neste artigo trará uma discussão acerca da apropriação de um espaço e a transformação de uma paisagem, que pode ser utilizada e feita de forma a envolver a sustentabilidade econômica, social, ambiental entre outras. A homogeneização cultural decorrente de modelos de desenvolvimento turísticos imediatistas e focados unicamente no viés econômico tem contribuído para o empobrecimento cultural dos destinos turísticos em diversos cantos do mundo. Observou-se que o Parque da Carioca além de possuir o potencial de desenvolvimento turístico é uma área para educação ambiental/patrimonial.

Palavras-chave: Turismo Ambiental. Conservação. Espaço Turístico.

Resumen: El artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el uso turístico del Parque da Carioca en el municipio de Goiás. Este artículo discutirá la apropiación de un espacio y la transformación de un paisaje, que puede ser utilizado y realizado de manera que involucre sostenibilidad económica, social, ambiental, entre otras. La homogeneización cultural resultante de modelos de desarrollo turístico a corto plazo centrados únicamente en el sesgo económico ha contribuido al empobrecimiento cultural de los destinos turísticos en diferentes rincones del mundo. Se observó que el Parque da Carioca, además de tener potencial para el desarrollo turístico, es un área de educación ambiental/patrimonial.

Palabras clave: Turismo Ambiental. Conservación. Espacio Turístico.

Introdução

Este artigo visa trazer uma reflexão sobre o uso do Parque da Carioca para fins turísticos. Foi realizada uma apresentação breve sobre o seu potencial turístico, suas perspectivas e dificuldades. Objetivou-se contextualizar os possíveis impactos que poderão ocorrer com a apropriação do espaço do Parque da Carioca pelo turismo na vida da comunidade local e para a cidade. E também o que poderia ou poderá ser evitado, se a apropriação for feita de forma consciente e organizada, pois o Parque da Carioca é utilizado há muitos anos pela comunidade local, mas não como um véis turístico e nem como atrativo turístico.

A escolha do Parque Carioca se deu em função dele estar localizado no município de Goiás, ser de grande importância para as atividades turísticas local, onde

futuramente será implantado, segundo o Poder Público, o Complexo Turístico da Carioca que integrará o Largo da Carioca, a área do Parque Natural da Estrada Imperial, que foi criado através do Decreto nº 63 de 15 de dezembro de 2016, a APA Sullivan Silvestre e o Caminho de Cora Coralina.

A região abriga um valioso potencial turístico, que inclui o lendário Rio Vermelho, com quedas d'água, cânions e piscinas naturais, monumentos históricos, elementos culturais e lendas que são registros importantes e constituem parte da memória e da identidade da antiga Vila Boa de Goiás.

Do ponto de vista ambiental a área abriga uma grande biodiversidade florística do município, responsável pela valorização da paisagem e do sítio histórico tombado, segundo Rodrigo Santana (2022), secretário de Turismo.

Objetiva-se aproximar a comunidade de sua história, para que possamos saber, o olhar da comunidade sobre esse Patrimônio, e assim, trabalhar em conjunto com as atividades que valorizem, criem e sensibilizem a relação da comunidade com o Patrimônio, que no caso seria o Parque da Carioca ou como é chamado pelos moradores, apenas Carioca.

Ao observar o desconhecimento sobre o que é patrimônio e, sabedores de sua importância, há a necessidade de se responder alguns questionamentos: Como fazer para que as pessoas entendam o que é patrimônio? Como valorizar esses patrimônios? Para isso requer mais participação da comunidade, em ações que definam os destinos dos patrimônios edificados ou não.

O turismo causa um impacto direto que afeta tanto o sistema territorial como a produção do próprio turismo. A degradação ambiental de uma praia não significa somente a degradação do sistema territorial, mas também a afeta competitividade do turismo na região (IVARS, 2004).

Para os autores, Cunha e Cunha (2005) o modelo de desenvolvimento local com base no turismo sustentável envolve relações bastante complexas e só poderá ser concretizado se forem levadas em conta as diversas dimensões da realidade de uma dada região ou território.

A homogeneização cultural decorrente de modelos de desenvolvimento turísticos imediatistas e focados unicamente no viés econômico tem contribuído para o empobrecimento cultural dos destinos turísticos em diversos cantos do mundo. Por isso

destinos turísticos com características culturais únicas acabam cedendo às pressões do capital e os agentes sociais que produzem e reproduzem a cultura do lugar acabam sendo reduzidos a meros expectadores e serviçais do sistema.

Esse não é o destino que se pretende para a Cidade de Goiás. Reforçar esse pensamento é o propósito que motivou a apresentar o presente artigo para que no futuro as raízes históricas, culturais, ambientais sejam preservadas assim como a cidadania.

Neste artigo veremos como se iniciou a discussão sobre a necessidade e a importância da preservação da paisagem e da vegetação do cerrado. Como a questão ambiental e a possibilidade de ter o turismo como alternativa de desenvolvimento para a cidade de Goiás fortaleceu o desejo de criar este parque.

O objetivo deste artigo é analisar e contextualizar as transformações da Carioca de forma a fazer uma análise crítica, em que se observa o turismo como uma atividade humana que gera impactos e, portanto, degrada os ambientes. Contudo, se realizado de forma consciente, seguindo as normas técnicas, planejamento e critérios, ele pode ser responsável pelo desenvolvimento social, ambiental e econômico de uma dada região, e não ser somente fator de degradação.

Área de estudo

A Cidade de Goiás é rica em eventos culturais e junto com valores históricos e ambientais levaram o município à conquista do título de Patrimônio Mundial, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2001.

O turismo é desenvolvido através dos passeios e visitas aos museus e igrejas, que possuem diversificadas obras arquitetônicas e de artes plásticas e também do turismo ecológico e de aventura nos ambientes naturais do entorno da sede do município como rios, serras, cachoeiras, bem como o Caminho de Cora, instituído em 2018 como um caminho de longo percurso (300km), que liga a Cidade de Goiás à Corumbá de Goiás.

Parque da Carioca – aspectos históricos, geográficos e culturais

A Cidade de Goiás, antiga Vila Boa, foi a primeira capital do estado e fica a cerca de 142km de Goiânia (atual capital do estado). Possui Índice de Desenvolvimento

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 317-341, jun. 2024. ISSN 1981-4089

Humano Municipal (IDHM) de 0,709, que é considerado alto. No Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), a cidade atinge o índice de 4,91, com destaque para o índice de 8,13 na dimensão saúde. A Cidade de Goiás possui uma população estimada, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 22.122 pessoas, com densidade demográfica de 7,96 hab./km² e PIB per capita de R\$23.410,91 (2019) (IBGE, 2023).

A formação do Parque da Carioca na cidade de Goiás remonta a época da colonização. A fonte foi construída em 1772, entre o Rio Vermelho e a Estrada Real, onde passou a ser ponto de encontro dos moradores, viajantes e tropeiros que chegavam pela Estrada do Nascente. A Carioca faz parte de um conjunto de monumentos preservados daquela época, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2012), a relevância desses monumentos faz da área da Carioca um museu histórico e arqueológico a céu aberto (Figura 01). O conjunto desses bens culturais, o patrimônio natural que os envolve e a convivência permanente da comunidade neste lugar, transformam-no naturalmente em um Ecomuseu, (IPHAN, 2012).

Figura 01: Área do Parque da Carioca no município de Goiás, 2022.



Fonte: Autora, 2022.

Conforme o IPHAN (2012), o fornecimento de água, foi há algumas décadas, interrompido em decorrência dos aterros para a construção da rodovia BR 070. Mas na última restauração realizada na década de 1980, pelo IPHAN com apoio da Prefeitura de Goiás, o fornecimento foi restabelecido e a fonte voltou a ser um dos pontos de

referência ao turismo, tanto pela sua beleza arquitetônica como pelas lendas que a cercam.

Durante as obras de restauração foram realizadas escavações arqueológicas que evidenciaram o calçamento original da Fonte da Carioca e uma expressiva quantidade de material arqueológico referente aos séculos XVIII e XIX, como fragmentos de objetos de louças, moedas do Brasil Império, cerâmicas entre outros.

Com esses fragmentos criou-se o Ecomuseu Fonte da Carioca, resultado da pesquisa arqueológica desenvolvida pelo IPHAN (2012), que teve como objetivo, sensibilizar o público a perceber esse sítio histórico como um espaço de memórias, vivências e de usufruto da comunidade. Atualmente esse Ecomuseu encontra-se vandalizado, mas com proposta de recuperação, segundo o secretário de Turismo.

Importante ressaltar que neste mesmo local, além da Fonte da Carioca, pode-se destacar, outros dois bens culturais de grande importância para a História de Goiás, a Estrada da Nascente (uma das Estradas Reais) e a Usina de Força e Luz Ratto & Guedes (primeira usina termelétrica do Estado de Goiás), que hoje infelizmente, não existe mais.

A Fonte da Carioca é fundamental para a comunidade, pois além do bem-estar cultural e material, ela representa a garantia do exercício da memória e da cidadania de um bem proclamado pela Unesco como Patrimônio Mundial (IPHAN, 2012).

Para entender o lado romântico que envolve a Carioca, precisamos entrar um pouco nas lendas e mitos que brincam com o imaginário popular. A lenda avisa aos que da água da fonte beber ficará para sempre no local, ou voltará um dia para casar-se com moradora da cidade. Na versão de Augusta Faro (1993), a lenda é apresentada, também num passado distante, quando os morros Dom Francisco, Canta Galo e Lajes um dia foram seres humanos. Alice no país de Cora Coralina, no livro infanto-juvenil apresenta a lenda da Carioca em versão escrita. Assim narra a autora:

Os morros Dom Francisco, Cantagalo e Lajes já foram seres humanos, hoje transformados em pedra. Há muito tempo, o sertão dos índios goiazes (onde está a Cidade de Goiás) atraía muitos aventureiros procurando ouro. Por causa da beleza do lugar e da hospitalidade dos índios, dois garimpeiros, que passavam por ali, ficaram enquanto seus amigos continuaram a viagem pelo rio Vermelho até chegar ao rio Araguaia. Os dois brancos permaneceram porque estavam apaixonados por uma bonita índia, chamada Cari. Cari sabia cantar maravilhosas canções de amor. A tribo dos goiazes não estava gostando nem um pouco do interesse dos dois garimpeiros pela mais bela jovem do seu povo. Mas era hospitaleira e não expulsou os aventureiros. Preocupado com a situação, os índios foram atrás de um pajé, feiticeiro

poderoso habitante de uma caverna na serra Dourada. Os índios pediram ao pajé que fizesse alguma coisa com os brancos atrevidos, que queriam a índia Cari, amada pela tribo inteira por sua voz e alegria. O pajé chamou as forças do mal e transformou os dois aventureiros em morros. O moço mais impetuoso foi transformado no morro Dom Francisco, que veria sempre a sua amada, mas não a tocava nunca. O outro foi transformado no morro Cantagalo e seu coração sangraria toda vez que Cari cantasse (até hoje lá existe muitas árvores de flores vermelhas). O tempo passou. Apareceu no rio Vermelho um belo guerreiro xavante, forte e corajoso, sério e de olhar misterioso. Cari viu o xavante e ficou perdida de paixão. Mas o índio parecia ter o coração feito de pedra, jamais se importou com Cari a sua linda voz. A bela índia, desconsolada e chorando muito, procurou o pajé, para que fizesse alguma coisa. O feiticeiro invocou as forças e mil trovões e relâmpagos cortaram o céu. O forte e belo xavante foi transformado no morro das Lajes. Quando a índia Cari viu o que aconteceu, pôs-se a chorar copiosamente, pedindo ao pajé para desmanchar o feitiço. O pajé ficou furioso por causa de tanta confusão na sua cabeça. Já era velho e estava cansado. Sabe o que ele fez? Prendeu a bela índia Cari junto aos pés dos três morros enfeitados. E as lágrimas de Cari deram origem às águas da fonte da Carioca e seu destino ficou sendo chorar pelos séculos afora. Dizem, quem passa tarde da noite por perto dali, pode ouvir o soluço da fonte, que é a bela Cari chorando eternamente sua sina.” (FARO, 1993, p. 54).

Materiais e métodos

Este artigo foi desenvolvido a partir dos métodos analíticos e de estudo de caso, pois considera uma relação próxima entre ambas as técnicas (ARAÚJO; PEREIRA; SANTOS, 2017). A metodologia para a realização do trabalho foi a bibliográfica, pesquisas em sites, leituras de livros, teses e artigos. Fotografias da Carioca com comparações de antes e depois, uso de uma pesquisa feita pelo Observatório de Turismo do Estado de Goiás e ICMBio.

Nesse contexto, é fundamental trazer as palavras de Gil (1999) discorrendo que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida por meio de materiais já elaborados, cuja vantagem é a permissão de fonte de materiais para ser usados como referência, assim como o contato direto com o conteúdo. Além de entrevista com atores envolvidos na estruturação do Parque da Carioca e sua ressignificação, o ex-secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Rodrigo Santana, que em outra época, foi secretário do Meio Ambiente do município, para que nos falasse sobre as mudanças que ocorrerão no Parque da Carioca.

De acordo com Pessoa (2018, p. 320), na pesquisa qualitativa, a entrevista é usada com frequência porque coloca “o pesquisador em contato com seus sujeitos e com a realidade estudada”, o que oportuniza a descrição dos lugares.

Referencial teórico

Para entender os pontos do artigo, temos que entender a base que o compõe, como: o que é patrimônio natural, unidade de conservação e paisagem.

Segundo Maximiano (2004), paisagem não é o mesmo que espaço, mas parte dele; algo como um parâmetro ou medida multidimensional de análise espacial. A noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito. A ideia embrionária já existia, baseada na observação do meio. A noção de paisagem acompanha a existência humana desde o início, uma vez que a sobrevivência dos seres humanos sempre dependeu de sua relação com o meio de acordo com a autora. O conceito de paisagem ocorreu ao longo de muito tempo, começando a se manifestar mais claramente a partir das observações de pintores, artistas e poetas, tanto do Oriente quanto no Ocidente.

Pode-se dizer também, segundo Yagizi (2002), que paisagem são os aspectos perceptíveis do espaço geográfico, isto é, a forma como compreendemos o mundo a partir de nossos sentidos, tais como a visão, o olfato, o paladar, entre outros. É claro que a visão é, geralmente, o mais preponderante dos sentidos quando falamos em compreensão da paisagem, porém não é o único, de forma que podemos perceber o espaço também pelos seus cheiros, sons, sabores e aspectos externos. Podemos dizer de forma simples, que paisagem é tudo o que percebemos por nossos sentidos.

Já o conceito de Patrimônio Natural foi dado recentemente. Segundo Scifoni (2006), somente a partir de 1970, sob iniciativa da Unesco, que a referida designação se logrou internacionalmente. Quanto à origem do termo, a autora afirma que é anterior a esta data, sendo o patrimônio natural decorrente da preocupação com o monumento, uma vez que, “a princípio aparece como histórico e artístico para depois se configurar também como monumento natural” (SCIFONI, 2006. p. 27). A autora acrescenta ainda que, no Brasil, o reconhecimento do patrimônio é um processo acentuadamente desproporcional, visto que atinge, sobretudo, os bens considerados monumentais ou aqueles valorizados pelo turismo. Nesse sentido, o surgimento do conceito de patrimônio natural passa a existir sob a seguinte significação:

[...] monumentos naturais, sítios e paisagens naturais de feição notável como uma categorização que qualificava o chamado monumento. Há o monumento histórico, o artístico e natural, todos fazendo parte de uma mesma

A Unesco conceituou o patrimônio natural na Convenção do Patrimônio Mundial, ocorrida em 1972, como sendo as formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas, as zonas de habitat de espécies ameaçadas e lugares notáveis. Nesta convenção foram considerados como elementos do patrimônio natural:

os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas, e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os sítios naturais ou as zonas naturais nitidamente delimitadas, que tenham valor excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (UNESCO, 1985 apud SCIFONI, 2006).

A Lei nº 9.985, de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que definiu a UC como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes. O SNUC também separou as áreas em dois tipos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. A primeira é subdividida em cinco categorias que possuem normas bastante restritas e são mais voltadas para a pesquisa e conservação da biodiversidade. Já as sete categorias de Unidades de Uso Sustentável são mais voltadas para visitação e atividades educativas e uso sustentável de seus recursos. O objetivo é garantir a preservação da biodiversidade.

Para Ramos (2006, p. 63), a necessidade de manutenção da vida humana fez com que o ser humano dirigisse seus olhares para a preservação dos bens naturais que fossem úteis ou necessários à manutenção da vida. Ressalta-se três fases para a preservação ambiental. Uma das fases, ele diz que na atualidade, a criação de UC's se constitui em uma das principais formas de intervenção governamental na tentativa de minimizar as perdas da biodiversidade frente aos impactos negativos e a grande degradação do ambiente natural imposta pelo processo de uso e ocupação praticados pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente.

O processo de criação de uma unidade de conservação para proteger espaços e ambientes importantes no município de Goiás começou em 1988 com o projeto chamado Programa Nacional em Núcleos Históricos feitos pelo Governo Federal

através do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente, quando se percebeu a necessidade de proteger o cerrado e o entorno da cidade de Goiás, suas paisagens e principalmente os recursos hídricos, segundo informou o secretário de Turismo, que foi o entrevistado para o artigo.

Segundo levantamento em 2012, o Estado de Goiás é uma das unidades da federação com menor índice de áreas legalmente protegidas. Com uma área de aproximadamente 341 km², o Estado possui cerca de 3,63% do seu território protegido na forma de 21 UC's de domínio estadual, principalmente parques e Áreas de Proteção Ambiental (APA).

São 1.169,368 km² (0,34% do território estadual) de área protegida como unidade de conservação de proteção integral, representada por 11 unidades que têm como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

Sabe-se que o turismo tem seus impactos positivos, mas estas transformações sociais, também têm os impactos negativos. Assim como toda atividade humana produz impactos que podem ser positivos, negativos ou ambos. A intensidade desse impacto, dependerá da forma como os atores sociais irão se organizar e interagir para alcançar os objetivos comuns de melhoria de qualidade de vida, aumento da competitividade e poder de atração turística, assim como a preservação e proteção do ambiente natural e cultural segundo Cunha e Cunha (2005).

Ainda segundo Cunha e Cunha (2005), a atividade de turismo, apesar de sua característica fortemente relacionada com o espaço físico (território), e ao espaço abstrato (interação dos atores sociais locais), tem grande relação com a preservação da natureza, uma vez que esta deve ser utilizada sem ser destruída. Enquanto a indústria destrói para produzir, o turismo:

[...] deve preservar para produzir. A harmonização do turismo com o ambiente é uma mudança na forma de pensar, uma inovação conceitual para superar uma contradição que facilmente acontece entre o turismo destrutivo e a proteção de um turismo que deve ser preservado (RUSCHMANN, 2001, p. 69).

Mesmo com o potencial de desenvolvimento do turismo em todos os níveis, existem poucos estudos a respeito de modelos de avaliação do impacto do turismo no desenvolvimento local. Os mais conhecidos modelos de mensuração do impacto são aqueles que avaliam o impacto sobre o emprego e renda; mas são poucos que avaliam,

de forma sistêmica, a influência positiva e negativa que o turismo tem sobre uma região e sua população, em termos econômicos, socioculturais e ambientais.

A Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1950, mantém um sistema padrão de medição da atividade econômica, denominado Sistema de Contas Nacionais (SCN), utilizado hoje por todos os países membros da ONU. O SCN padroniza conceitos, metodologias de cálculo, estatísticas e sistemas de informações, permitindo desta forma a comparabilidade temporal dos resultados econômicos entre países, regiões e setores. No entanto este sistema de informação é muito agregado para uma análise setorial de atividades específicas, tais como turismo, saúde, educação, agroindústria e outros segmentos econômicos que envolvem atividades multissetoriais.

Já a Organização Mundial do Turismo (OMT), propõe um Sistema de Contas específico para a atividade de turismo, denominado Contas Satélites do Turismo (CST), compatíveis com os conceitos, referencial teórico e método de mensuração do Sistema de Contas Nacionais. Alguns países, incluindo o Brasil, estão estruturando as CST. Estas informações, embora estratégicas para o planejamento em nível nacional, não possuem ainda um nível de desagregação em nível regional nem uma série temporal que possibilite sua utilização para o planejamento do desenvolvimento local. Desta forma, existe uma lacuna em termos de informações e metodologias de avaliação de impacto do turismo no desenvolvimento local (CUNHA; CUNHA 2005).

Silva (2004, p. 267), diz que o turismo é um fenômeno definido do ponto de vista da demanda, apesar de que a maioria das classificações econômicas de atividades são estabelecidas do ponto de vista da oferta de produtos e serviços e da caracterização dos processos de produção. Como resultado, algumas adaptações dessas classificações são necessárias para descrever e medir, de forma adequada e útil, a incidência econômica do turismo. A estas dificuldades metodológicas devem ser adicionadas o fato de que até hoje a classificação do turismo, do ponto de vista da demanda, tem sido rasa. É difícil, portanto, identificar precisamente um critério estatístico que pode ser utilizado em uma base universal, conforme Silva (2004).

Paralelamente, a OMT vem desenvolvendo metodologias e instrumentos com objetivo de criar um sistema de indicadores ambientais para a sustentabilidade do turismo. No entanto são poucos os países e regiões que produzem esses indicadores de

forma sistemática, padronizada, desagregada e capaz de medir os efeitos positivos e negativos, em termos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Pouco se avançou em termos de desenvolvimento de metodologias de avaliação quantitativa e/ou qualitativa de impacto do turismo. Os modelos mais comuns de medidas de impactos são os modelos quantitativos de impacto econômico, os modelos que medem o impacto do turismo na Balança de Pagamentos de um país ou região, entre outros. Entre os modelos de medida de impactos sociais, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto e desenvolvido pela ONU, que tem por objetivos medir o bem-estar e a qualidade de vida da população local.

Outra metodologia utilizada, em termos de planejamento e ordenamento territorial de regiões turísticas, é a Capacidade de Carga, esta metodologia mede o nível de uso que um espaço de destino pode suportar, sem causar efeitos negativos nos recursos naturais, na comunidade e na economia e sem que haja redução da satisfação dos turistas.

O crescimento desordenado do turismo pode causar vários tipos de problemas às populações locais: agressão ao meio ambiente, destruição de culturas e do patrimônio histórico e até mesmo destruição do potencial da atividade turística local. (CUNHA; CUNHA, 2005).

Discutir e analisar essas transformações e ressignificações dos espaços e das áreas para fins turísticos é interessante. Como esses espaços serão apropriados e utilizados? Como citado, o turismo por ser uma atividade humana, que envolve desenvolvimento econômico e social, é importante que seja de forma sustentável, preocupado com a comunidade em que ele vai intervir.

Não esquecer que a transformação e a apropriação desses espaços, devem vir acompanhada de uma discussão com a comunidade e sua percepção pelo uso para fins turísticos.

A OMT define o turismo como “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. (OMT, 2001, p. 38).

Em 1960, no Brasil, com a criação do Conselho Nacional do Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) a atividade do turismo foi regulamentada.

Desde então, a atividade turística vem sendo estimulada nos planos de desenvolvimento por ser uma atividade de crescente importância econômica (ALMEIDA, 2002).

Moreira (2011) explica, que por ser uma das atividades que mais se desenvolvem atualmente no mundo, o turismo vem adquirindo importância no crescimento da economia mundial, sendo uma alternativa que pode ser utilizada para envolver e desenvolver a economia nas comunidades e regiões subdesenvolvidas. Salienta-se que o desenvolvimento em decorrência do turismo deve seguir padrões que vão além de passeios de lazer. Deve-se desenvolver o turismo em busca de um turismo sustentável ou com preocupações sustentáveis.

No Brasil, as discussões sobre o turismo sustentável vêm sendo trabalhadas de várias formas, porém destacam-se as abordagens pautadas na afirmação do “turismo de base local”, isto é, na ideia de que o desenvolvimento do turismo na escala local (município, cidade, comunidade, etc.) seria o mais adequado para conservar os ecossistemas e combater as mazelas sociais. (OURIQUES, 2005, p.132).

Turismo e ambientes naturais

Segundo Costa (2002), o conhecimento das UCs pode proporcionar a identificação e o entendimento de fatos e problemas relacionados ao segmento turístico. Nesses territórios, a oferta de infraestrutura mínima é condição essencial para o atendimento às necessidades da demanda turística.

Uma proposta possível, seria a Educação Patrimonial, com ações educativas, visando o Patrimônio Natural, como um processo de aprendizagem. A intenção seria, através dessas ações, que se desperte a apropriação, preservação e valorização do Patrimônio Cultural e Natural nos alunos, comunidade e turistas. Que os sentimentos de afetividade e estima não sejam só por edificações, costumes e tradições do município de Goiás, mas também por seu patrimônio natural e pelos cuidados que eles necessitam.

Para o IPHAN (2014), a Educação Patrimonial é vista como um processo de ensino com foco no patrimônio, atuando como transformador dos indivíduos, fortalecendo questões como identidade e cidadania. Mas segundo alguns historiadores, deve-se fazer uma reflexão sobre o que é essa Educação Patrimonial e, de que forma ela pode ser explicada e, usada em processos de fortalecimento de conscientização da importância de preservar o Patrimônio.

Segundo IPHAN (2014), a Educação Patrimonial é:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Para Scifone (2015) a Educação Patrimonial superou as ações centradas nos acervos e construções isoladas, para a compreensão dos espaços territoriais como um documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas. Deve-se, portanto, ser entendida como eficaz em articular saberes diferenciados e diversificados, presentes nas disciplinas dos currículos dos níveis do ensino formal e, também, no âmbito da educação não formal. Assim poderão usufruir o bem tombado de maneira consciente sem que seja prejudicado ou destruído, tendo em vista que há os patrimônios em suas diferentes instâncias: material e ou edificado, imaterial ou bens de valores e paisagens culturais.

Tolentino (2016) exemplifica em seus textos que o patrimônio, concebido como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos que dele se apropriam deve ser tratado, nas práticas educativas, levando em conta a sua dimensão social, política e simbólica. Isso implica dizer que, nas ações educativas, o patrimônio não pode ser tratado como pré-concebido, em que seu valor é dado à priori, cabendo ao indivíduo aceitar essa valoração e reconhecê-lo como parte de sua herança cultural.

Já na perspectiva do turismo, segundo Luchiari (2007, p. 36), “tudo o que na natureza remete à ruptura com o cotidiano, com as amarras do trabalho, é atrativo para o olhar turístico” e considera o patrimônio natural sempre como patrimônio cultural, e ambos constituem o patrimônio ambiental. Ainda segundo a autora, a natureza, tornada patrimônio, herança e memória, materializa-se como paisagem, sendo que o olhar dos viajantes, dos cientistas, dos turistas busca na interpretação dessas paisagens a classificação do mundo.

Ainda segundo Luchiari (2007), o turismo em áreas naturais organiza seletivamente o território, com isso, incluem e excluem paisagens e pessoas, elegendo as parcelas do território que atenderão às demandas de uma atividade que, para se sustentar economicamente, voltam-se às classes médias e às elites urbanas, de modo a resolver a equação entre conservação ambiental e uso turístico.

Luchiari (2007), diz ainda que a classificação das paisagens naturais deve ser entendida com base no julgamento de valor pela ótica do turismo e pressupõe a interpretação de uma prática social e econômica que normatiza e dá uma nova dinâmica ao uso do território. Para esta autora, a patrimonialização da natureza torna-se apropriadora das paisagens naturais e atrativas ao turismo, mas por outro lado, isso ocasiona para as populações tradicionais, que sustentavam sua reprodução econômica e cultural a partir do meio natural em que viviam, a destituição de seus territórios. Portanto:

Extensas áreas do território nacional foram sendo tomadas dessas populações, para transformarem-se em Unidades de conservação e serem excluídas da dinâmica de mercado, elas foram reincorporadas ao mercado, por meio da apropriação e valorização dos empreendimentos turísticos. (LUCIARI 2002, p. 33, apud LUCIARI, 2007, p. 27).

Cunha e Cunha (2005) afirmam que a atividade turística constitui uma das principais fontes de desenvolvimento sustentável, com efeitos positivos sobre a geração de emprego, renda e qualidade de vida. No entanto o desenvolvimento sustentável requer ações para reduzir as pressões destrutivas sobre o ambiente, sobre a integridade cultural e qualidade de vida da população local. As ações direcionadas para o desenvolvimento do turismo sustentável necessitam apoiar-se em estudos que avaliem seus impactos positivos e negativos, dimensionando, de forma sistêmica, as variáveis econômicas, sociocultural e ambiental, finalizam os autores.

Na visão de Ouriques (2005), o turismo não teria nada de sustentável, pois, apesar de utilizar as paisagens e os lugares de forma menos impactante que outras atividades econômicas, mantém e até intensifica a exploração da força de trabalho. Além disso, o controle das diretrizes do turismo permanece nas mãos dos atores hegemônicos do capital, atores que, acima de tudo, buscam potencializar seus lucros e seu poder.

De acordo com a definição do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade do Ministério de Turismo brasileiro, entende-se por Ecoturismo:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 16).

As bases que deram origem ao surgimento do turismo em áreas naturais, sobretudo o ecoturismo, estão aliadas à criação de parques nacionais e áreas naturais protegidas, que conforme Diegues (1997, p.85), “têm sido um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza, em particular nos países de terceiro mundo”. Para esse autor, essas áreas naturais foram estabelecidas para preservar espaços com atributos ecológicos importantes e fornecer às populações urbanas meios de lazer e contemplação do mundo natural.

De acordo com Cruz (2003), o poder público considera benefícios do ecoturismo: a diversificação da economia regional (por meio do estabelecimento de micros e pequenos negócios); a geração local de empregos; a fixação da população no interior; o melhoramento das infraestruturas de transporte, da comunicação e do saneamento; a criação de alternativas de arrecadação para as unidades de conservação; a diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural; a diminuição do impacto no plano estético-paisagístico; melhoria nos equipamentos das áreas protegidas. Dessa forma, os benefícios oriundos do desenvolvimento do ecoturismo têm a potencialidade de gerar benefícios econômicos e sociais nos níveis local, regional e nacional.

Resultados

O Parque da Carioca é uma paisagem que encanta as pessoas de vários lugares do mundo, o restauro da Carioca realizado pelo Iphan levou 8 meses para conclusão. Entende-se que o Parque da Carioca foi criado para proteger a biodiversidade, controlar o uso e ocupação do solo, promover o Turismo, o ecoturismo, a pesquisa científica e principalmente proteger os recursos hídricos (Rio Vermelho). É uma região que tem um potencial turístico e recursos naturais de valor paisagístico muito grande.

Ao analisar o trabalho feito pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que gerencia várias unidades de conservação, as quais atraem milhões de visitantes nacionais e estrangeiros, pelas pesquisas feitas, os gastos dos turistas geram e mantêm considerável atividade econômica nas comunidades de acesso às UC's. Este estudo mede os efeitos econômicos decorrentes da circulação do dinheiro gasto pelos visitantes que geram negócios e, conseqüentemente, empregos ICMBio (2019).

O turismo em Unidades de Conservação (UC's) contribui consideravelmente com a economia local e nacional. A visitação em UC estabeleceu um novo patamar em 2018 com mais de 12,4 milhões de visitas, um aumento de 16% (1,7 milhões de visitas) em relação ao recorde anterior de 10,7 milhões, em 2017. Houve um aumento real de 6% na visitação e 10% decorrente do esforço de melhora no monitoramento da visitação (ICMBio, 2019).

De acordo com o estudo da ICMBio (2019), os visitantes gastaram cerca de R\$ 2,4 bilhões nos municípios de acesso às UC's. A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de cerca de 90 mil empregos, R\$ 2,7 bilhões em renda, R\$ 3,8 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 1,1 bilhão em impostos. A análise mostrou que cada R\$1 investido no ICMBio em 2018 produziu R\$ 15 em benefícios econômicos para o Brasil. Isso representa um benefício direto a todos os setores ligados ao ecoturismo, como o hoteleiro, de alimentação e transporte, além do comércio em geral.

O estudo reforçou que os impactos econômicos do turismo afetam diretamente a gestão das UC's e os empreendimentos turísticos, mas afetam também, indiretamente, outros tipos de negócios e comunidades locais. Mas de que forma? Segundo o ICMBio (2019), economias são complexas redes de consumidores e produtores interagindo, onde bens produzidos por um setor da economia se tornam insumos para outro e, os bens produzidos por esse outro setor, também podem se tornar insumos para um terceiro setor. Assim, uma alteração na demanda final por um bem ou serviço pode gerar um efeito multiplicador em toda a economia

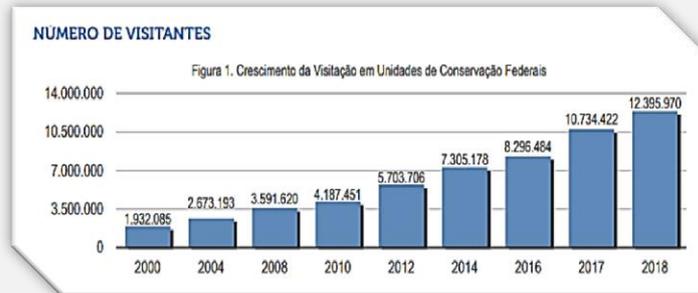
A visitação bem estruturada nos parques é uma estratégia para a conservação da natureza, pontua a Coordenadora Geral de Uso Público e Negócios Larissa Diehl: “Os dados mostram o resultado do nosso esforço em aumentar o número de parques abertos à visitação e para diversificar as oportunidades recreativas e melhorar a qualidade nas áreas que já recebem visitantes”. Já Homero Cerqueira, Presidente do ICMBio, ressalta que a análise da dimensão econômica do ecoturismo é a base para construção de políticas voltadas ao interesse público e para reforçar a importância do turismo para a economia das comunidades e municípios nos arredores das áreas protegidas.

A análise prova, com números, que as áreas protegidas são motores do desenvolvimento econômico, uma vez que as despesas com conservação e recreação resultam em geração de empregos, renda e PIB para o Brasil.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 317-341, jun. 2024. ISSN 1981-4089

Desde 2000, a visitação vem crescendo de 1,9 milhão para mais de 12,4 milhões de visitas em 2018.

Figura 3: Gráfico de crescimento dos visitantes em áreas naturais no Brasil, de acordo com o ICMBio.



Fonte: ICMBio, 2021.

Na avaliação dos gastos dos visitantes em relação ao orçamento do ICMBio percebe-se a importância das contribuições econômicas que a instituição gera com a abertura das unidades de conservação para o turismo. Em 2018, o orçamento do ICMBio foi de R\$ 681 milhões.

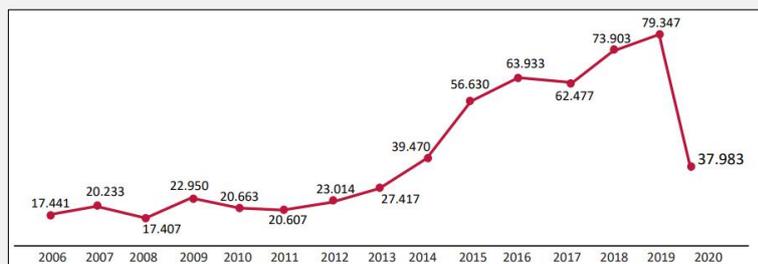
Já no Estado de Goiás, em decorrência da pandemia da Covid-19, em 2020 as UC's estaduais receberam menos visitantes que no ano anterior (Tabela 1). Segundo o boletim de visitação, dados fornecidos pelo ICMBio, para o Observatório de Turismo do Estado, temos o seguinte quadro:

Tabela 1: Número de Visitantes das unidades de conservação do estado de Goiás no ano 2020

Ano 2020	Parque Nacional Chapada dos Veadeiros – Alto Paraíso	Parque das Emas Chapadão do Céu	Floresta Nacional de Silvânia	Parque Municipal do Itiquira Formosa
Total Geral	63.928	471	837	48.793

Fonte: ICMBio e Secretaria de Turismo e Formosa.

Figura 4: Gráfico de visitante no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros entre 2006 e 2020.



Fonte: ICMBio, 2021.

Para o Observatório de Turismo e segundo especialistas em turismo, os parques continuam a representar uma oportunidade para o turismo nacional, então é esperado que o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Figura 3), assim como as demais UCs voltem a apresentar uma tendência de crescimento, no número de visitantes, nos próximos períodos, uma vez que o turismo de natureza é apontando com uma das principais tendências de consumo, no setor de turismo.

A Secretária de Turismo do município de Goiás realizou uma pesquisa para nortear as intervenções no Parque da Carioca. Participaram da pesquisa 306 respondentes.

- 60,67% dos respondentes são do gênero masculino (Figura 5).
- A renda média dos respondentes é de R\$ 3.973,37
- A Idade média dos respondentes é de 25 a 31 anos
- 2,63 Nota média da avaliação do atrativo. (Obs.: As notas da avaliação variam entre 1 e 5, sendo: (1) Péssimo, (2) Ruim, (3) Razoável, (4) Bom e (5) Ótimo.)
- 88,0% dos respondentes são favoráveis à criação de um complexo turístico que integre a Carioca ao Parque Municipal da Estrada Imperial.

Observa-se pela pesquisa, que os frequentadores da Carioca indicam o segmento de turismo o qual é desejável para a proposta do Parque da Carioca, no qual tem-se pessoas preocupadas com a conservação e proteção do patrimônio. Além de identificar os pontos que precisam de melhorias, indicados na pesquisa, pode-se detectar outros que não aparecem como: não possuir área para estacionamento, não tem sinalização indicando o parque e nem como chegar, só possui um restaurante, banheiros precários e poucos; permissão de sons alto sem preocupação em preservar a harmonia do lugar, ou ações que eduquem quanto a importância de recolha de lixo pelos visitantes, baixa qualidade de internet e melhorias no acesso ao atrativo são alguns itens importantes para que o Parque da Carioca se destaque e se torne um ambiente de visitação da cidade de Goiás.

De acordo com a pesquisa, o Turismo mais praticado foi o de Aventura e o Ecoturismo, em segundo lugar o de Lazer, isso indica que este ambiente é visitado tanto por moradores como por turistas, neste sentido é importante indicar que se pode pensar no parque como um local para o desenvolvimento de atividades sustentáveis as quais corroborem com a visão de turismo que se quer implementar no município.

Constata-se algumas benfeitorias feitas pela atual gestão que além de viabilizar novos investimentos e melhorias na infraestrutura do parque, também será estruturado para aumentar o potencial turístico.

A exemplo disso, está sendo implementada na área do parque um Meliponário, com abelhas sem ferrão, para ações com escolas e visitantes.

Matteucci (2003) aponta que o ecoturismo é essencialmente a proposta de um turismo diferenciado sob a ótica de preservação, conservação da natureza e cultura. A autora também destaca que essas finalidades devem estar sintetizadas dentro dos princípios da sustentabilidade e com os controles sanitários advindos da pandemia o ecoturismo continua a desempenhar o papel de oferecer uma esperança de resgate para muitas regiões do Brasil.

Sabe-se que para estruturar o roteiro turístico de natureza serão necessários alguns investimentos em infraestrutura por isso com a efetivação do Parque da Carioca, pode-se montar uma infraestrutura com sinalização de visitação turística, de trilhas, travessias, de contemplação, lazer, convivência e recreação. Criar uma estrutura melhor para receber as pessoas, inclusive com acessibilidade, que no momento é um desafio a ser vencido. Desta forma, poderá se fazer uma gestão administrativa eficiente. Com benfeitorias e conforto, poderá ser cobrado uma taxa das pessoas para poder entrar e visitar o espaço.

Chama a atenção para as ameaças que o parque sofre, como as atividades que provocam sua degradação, que variam desde churrasco nas bordas do rio e até mesmo, os cortes desnecessários de árvores.

É necessário e urgente desenvolver uma ação de educação ambiental e patrimonial com o envolvimento da comunidade, dos moradores para que conscientizem da importância desses patrimônios para nossa sobrevivência e também do cuidado que o Parque da Carioca precisa.

Com a entrevista feita com o secretário de Turismo foi possível elucidar pontos sobre as intervenções propostas, de forma positiva, que fazem parte do processo de implantação do Parque da Carioca que visa dotar o espaço de infraestrutura para qualificar o atrativo turístico, dar acessibilidade aos monumentos pontos de visitação, melhorar a estrutura de gestão e possibilitar o desenvolvimento do turismo educacional, histórico cultural e de natureza em bases sustentáveis. Restaurando o Patrimônio

Histórico que está inserido nesse contexto e cuidando de dar acesso e acessibilidade. Dar visibilidade ao Parque da Carioca, permitir que as pessoas tenham acesso a esse patrimônio que estava e ficou escondido durante muitos anos em função de estar inacessível, e, portanto, invisível aos empresários locais, a comunidade e aos turistas. Então nós acreditamos muito que esse projeto vai dar suporte de entretenimento, de lazer, de vivência ambiental e cultural para o turismo da cidade de Goiás. Teremos que fazer algumas intervenções físicas como: construção de uma sede administrativa, mais banheiros, estruturar melhor os espaços dos restaurantes e criar mais entretenimento para o espaço, para que ele seja atrativo para os jovens também, finaliza.

Com a criação do Complexo da Carioca, segundo Santana (2022), será feito intervenções para as melhorias do acesso da entrada do Parque, melhoria para acessibilidade, dos sanitários públicos e da estrutura do restaurante. Implementando a sinalização com novas placas nas trilhas e instalações de corrimãos para a acessibilidade. E sinalização dos pontos mais difíceis de acesso aos atrativos.

Para Santana (2022), O parque possui um grande potencial turístico. Dentre outras particularidades cita outros elementos como: a proteção de espécies da fauna que vivem ameaçadas de extinção, o aspecto paisagístico extremamente relevante para a proteção dos morros que envolvem a cidade de Goiás de grande importância.

A proposta do Complexo, segundo Santana (2022) é interligar o Largo da Carioca, o parque da Estrada Imperial onde tem os cânions da carioca com um lugar belíssimo para banho e o Mirante do Morro das Lajes. Essa região tem vários atrativos e se interliga também com o Alto Santana que é um Quilombo. Tem esse objetivo também, de integrar esses lugares e fazer com que o turista interaja com essas comunidades.

Espera-se com o investimento ampliar o quantitativo de visitantes e fomentar a atividade turística no município de Goiás, como alternativa para o desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda. Conclui Santana (2022).

Diante do exposto e com enorme expectativa, espera-se que aconteça, dentro do Parque da Carioca, apenas atividades que não impactem tão fortemente a paisagem, levando em conta o aspecto paisagístico e ambiental e que os recursos advindos do turismo sejam realmente reinvestidos no parque e que voltem para a comunidade em benfeitorias.

Considerações finais

O Turismo contribuiu para o crescimento econômico de uma localidade, mas o recurso gerado por ele, normalmente se concentra em alguns atores da cadeia. Geralmente nas mãos de empresários do setor turístico e há pouco envolvimento da população local com a atividade, sendo contraditório ao discurso do turismo sustentável.

O município de Goiás, mais especificamente o Parque da Carioca, foi o limite definido como área de estudo deste artigo, que teria como meta a sustentabilidade do espaço. Seria esse então, o modelo ideal para o município de Goiás diante de tantos fatores contraditórios?

Sabendo que a cidade de Goiás possui um título de Patrimônio, isto por si só já seria uma das forças da cidade, assim como as várias opções de Turismo, no entanto, falta ainda um bom planejamento turístico para aproveitar este título e fortalecer a cidade como um destino interessante a ser visitado.

Quando um município possui lugares e não-lugares tidos como patrimônios deveria haver uma maior difusão de suas existências e da importância que isso tem para a preservação de valores e costumes locais para amenizar e ou até evitar a degradação, porém não é o que se percebe no município de Goiás como em diversos outros municípios pelo país.

Os estudos, as visitas e o conhecimento sobre os patrimônios poderiam fazer parte da educação formal inseridos de forma multidisciplinar nas diversas áreas do conhecimento a serem adquiridos ao longo da formação escolar nos municípios brasileiros, principalmente nos quais estão os patrimônios tombados ou não-tombados. Não tendo que modificar a grade escolar de nenhuma etapa do ensino fundamental e médio, mas agregar essas informações sobre cultura, patrimônio e identidade às disciplinas existentes, para que pudessem ter uma maior valorização, conservação, preservação e cuidado, pois não se cuida do que não se conhece e, também não se dá valor ao que não representa suas identidades. Sendo, portanto, de suma importância o conhecimento sobre o que são os patrimônios, suas características e a necessidade de continuidade de suas festividades, tradições e conservação.

Percebe-se então, que a falta de planejamento é um dos pontos fracos da cidade e a falta de políticas públicas para um desenvolvimento melhor do Turismo. O

planejamento do Parque da Carioca e de sua infraestrutura é fundamental para compreender os espaços que devem ser preservados e conservados com critérios de manejo da vegetação. Elaborar um eficiente plano de manejo, com uma série de regras de como que funcionará o Parque da Carioca, será de extrema necessidade. Quais as áreas destinadas e como serão as estruturas para o turismo? Onde será o portal de entrada do parque? Onde serão as trilhas e as definições das trilhas? Será feito um inventário da oferta turística do Parque da Carioca? Quais serão os atrativos e como será a visitação? Sugere-se que no Parque da Carioca, se preocupe também em reaproveitamento de água de chuva com estrutura utilizada para coletar e reusar a água para o consumo animal, irrigação, limpeza ou fins sanitários. Uso das folhas trituradas para adubos, placas de energia solar para uso da iluminação e equipamentos do Parque da Carioca. Enfim, todo esse processo de implantação como já ocorre em outros parques. Neste planejamento tem-se a real situação de suas potencialidades e fragilidades.

Mas nem tudo é ruim. Espera-se que os gestores públicos, aproveite as oportunidades que se sinalizam para o futuro como: o fortalecimento do Caminho de Cora, a criação de uma nova rota turística que é o Caminho do Pai que liga a Cidade de Goiás a Trindade e Goiânia. A conclusão da GO 070, o resgate das Cavalhadas no município, a implementação do Parque da Serra Dourada e o Parque de Águas de São João com suas águas sulfurosas. O lançamento do Plano Municipal de Turismo, o Inventário da Oferta Turística que nortearão os gestores públicos para uma nova perspectiva do município.

Além do já fortalecido roteiro cultural da cidade, acredita-se que a estruturação de um roteiro de natureza, iria desenvolver uma parte da cidade que requer também um olhar especial dos atores locais, pois a falta de engajamento dos empresários na proteção do meio ambiente, a falta de preparo dos trabalhadores do ramo turísticos é apontada como um problema que precisa ser resolvido rapidamente. Os assentamentos fortalecidos com o Turismo Rural e de experiências, os distritos como Colônia de Uvá e Buenolândia também deveriam estar nos roteiros.

A pesquisa concluiu que o Parque da Carioca além do elevado valor patrimonial do ponto de vista científico e histórico, possui um grande potencial para a prática do turismo relacionado ao aspecto ecológico educativo. Com a implantação do

Meliponário, a criação do Museu da Água e do Memorial dos Povos Indígenas e a Trilha Encantada, vem para fortalecer os aspectos educativos do Parque da Carioca.

Conclui-se também, que medidas de preservação devem ser tomadas para que as futuras gerações possam ter acesso a um pouco da história do lugar e de sua importância para o município, que guarda em suas paisagens histórias de mitos, lendas e a própria história de Goiás.

Observa-se ainda que a falta de recursos para os destinos brasileiros, ainda são poucos, assim como incentivos ao turismo dentro do próprio país. A desvalorização do Ministério do Turismo pelo governo, que não dispõe recursos para investimentos, enfraquecem o turismo brasileiro. Tornando o turismo no Brasil uns dos mais caros além de oferecer serviços e infraestruturas que são bastante precários.

Portanto, é necessário que o governo municipal crie políticas públicas, implementando o Plano de Manejo, para integrar o Parque da Carioca, a vida econômica e social da comunidade com um modelo de desenvolvimento com competitividade, sustentabilidade e justiça social. Desta forma, fazendo despertar o interesse na proteção desse patrimônio com apropriação efetiva da comunidade do entorno e do município.

Referências

ALMEIDA, M. G. Políticas públicas e delineamento do espaço turístico goiano, In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: EdUFG, 2002. p. 197-222.

ARAÚJO; I. C.; PEREIRA, J. A.; SANTOS, J. C. V. Porto Gouveinha, uma paisagem e suas travessias: um mosaico de encontros e reencontros entre as culturas mineira e goiana. **GeoNordeste**, v. 28, n. 2, p. 26-41, 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 9

COSTA, P. C. **Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C.. Competitividade e sustentabilidade de um Cluster de Turismo: uma proposta de Modelo Sistêmico de medida do impacto do Turismo no

desenvolvimento local. 2005. Disponível em: <Cluster de Turismo.pdf> Acesso em :
Acesso em: 24 maio. 2022.

DIEGUES, A. C. S. As áreas naturais protegidas: o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T.; BRUNHS, H. T (Orgs.). **Viagens à natureza – turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

FARO, A. **Alice no país de Cora Coralina**. Goiânia: Leart, 1993.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. Cidades. Panorama do Estado de Goiás. 2021. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

IPHAN. **Restaurada a primeira fonte pública de água potável da Cidade de Goiás** Brasília/DF: IPHAN, 2012. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/987>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

IPHAN. **Educação patrimonial**. Brasília/DF: IPHAN, 2014. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

IVARS, J. A. **Planificación turística de los espacios regionales en España** 1. ed. Madrid: Síntesis, 2004. cap. 1, p. 25-26.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: LUCHIARI, M. T. D. P.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. M. (Orgs.). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MATTEUCCI, M. B. A. Ecoturismo em Goiás - teoria e prática. In: ALMEIDA, M. G. (org.). **Paradigmas do turismo**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 23-33.

MAXIMIANO, L. A. **Considerações sobre o conceito de paisagem**. Curitiba, n. 8, p. 83-91. EdUFPR, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: EdUEPG, 2011, 157 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

OURIQUES, H. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: revisitando o uso de entrevista, questionário, diário de campo e fotografia em tempos de tecnologia da informação e comunicação. In: VASCONCELOS, C. A. (Org.). **Tecnologias, Currículo e Diversidades: substratos teórico-práticos da/na Educação**. Maceió: EdUFAL, 2018, p. 303-324.

RAMOS, L. M. J. Outros sentidos para o Ecoturismo: Percepção e Educação Ambiental no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – GO. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 227, 2006.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 7. ed. Campinas: Papirus 2001. cap. 3.

SCIFONI, S. Educação patrimonial: Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, A. R. S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Disponível em:<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf)> Acesso em 10 de jun 2022.

SCIFONI, S. A Construção do Patrimônio Natural. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. São Paulo, 2006.

SILVA, J. A. S. Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em Cluster. 2004, 480f. **Tese** (Doutorado em Geografia.) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo.

TOLENTINO, A. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Atila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016**. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

YAZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.